



**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

PARECER Nº 801 EHSN/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU

PROCESSO/SIPAR nº 25048.000387/2012-21

INTERESSADO: Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI/MS

ASSUNTO: investimentos e obras de saneamento básico em terras indígenas não regularizadas

Referência ao SISCON n. 15.5

EMENTA:

I - Investimentos e obras de saneamento básico em terras indígenas não regularizadas.

II - O saneamento básico representa direito social que demanda o agir estatal para que se concretize direitos fundamentais.

III - Entre os destinatários de tal norma encontram-se os povos indígenas que possuem previsão expressa tanto na Lei Nacional do Saneamento Básico, quanto na Lei Orgânica do SUS.

IV - Houve a transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da FUNASA para o Ministério da Saúde.

V - Cabe à SESAI/MS a execução de ações voltadas ao saneamento básico nas terras indígenas.

VI - Na estrutura regimental do Ministério da Saúde, compete aos DSEIs executar as atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, aí incluído o saneamento básico.

VII - A União pode, calcada no federalismo cooperativo, valer-se da cooperação com os demais entes federativos, além da articulação com particulares, a fim de melhor atender aos propósitos de promoção à saúde, para o que o saneamento básico apresenta-se como fundamental frente de atuação.

VIII - O conceito de terras indígenas e seu reconhecimento, a par de sua amplitude, depende necessariamente do procedimento administrativo de demarcação.

IX - Compete à União demarcar as terras indígenas.

X - A ausência de demarcação implica reconhecer as terras indígenas juridicamente como irregulares, o que impede ações perenes e de grande vulto voltadas ao saneamento básico, em homenagem ao princípio da legalidade e à proteção do patrimônio público. Contudo, tal situação não elide medidas, meios e instrumentos alternativos, de pequeno vulto, transitórios e reversíveis, para se atingir o fim de promoção e proteção à saúde,

transfixando, com isso, condições de salubridade adequadas.

XI - É dever constitucional do administrador, preservada a sua discricionariedade, eleger meios condizentes, adequados e economicamente viáveis para se concretizar o direito fundamental à saúde, o que deve ser aferido diante da realidade de cada situação encontrada.

Senhora Coordenadora de Legislação e Normas,

1. Em consonância com o disposto no artigo 11, incisos I e V, da Lei Complementar nº. 73, de 10 de fevereiro de 1993, o processo em epígrafe encontra-se nesta Consultoria Jurídica para análise jurídica, em especial acerca da viabilidade de se efetuar obras de saneamento básico em terras indígenas não regularizadas.

2. Inicialmente, cabe destacar o comando inserto na Lei Complementar nº. 73, de 1993, Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, acerca da competência das Consultorias Jurídicas dos Ministérios:

Art. 11. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

(...);

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

3. O presente processo inicia-se com o memorando nº 027/SESANI/DSEI-MS/SESAI, subscrito pelo Chefe do DSEI/SESAI em Mato Grosso do Sul solicitando parecer referente à necessidade de investimento de infraestrutura de saneamento básico na localidade onde vive a comunidade indígena Ofayé-Xavante localizada no município de Brasilândia/MS.

4. À fl. 07, o referido expediente foi encaminhado à Coordenadora Geral de Edificações e Saneamento Ambiental que recomendou ao DSEI Mato Grosso do Sul que incluía na programação das obras, previstas para 2012, abastecimento de água e construção de banheiros para as famílias lotadas na parte baixa da aldeia Ofayé Xavante.

5. À fl. 08, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) solicita a esta Consultoria parecer referente à implementação de obras de saneamento básico na parte baixa da aldeia indígena Ofayé-Xavante que não se encontra demarcada.

6. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Fundamento constitucional

7. Permeando o texto constitucional, verifica-se que o saneamento básico é versado diretamente em várias passagens, a saber, arts. 21, inciso XX, 23, inciso IX, 200, inciso IV:

Art. 21. Compete à União:

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

8. É de se observar também que, além da previsão expressa de promoção da melhoria das condições de saneamento básico (inciso IX), o art. 23 da Constituição do Brasil estabeleceu uma série de funções comuns associadas aos serviços de saneamento básico, como cuidar da saúde pública (inciso II), proteger o meio ambiente e combater a poluição (inciso VI), acompanhar e fiscalizar a exploração de recursos hídricos e minerais (inciso XI).

9. Consoante afirma José Afonso da Silva, é da competência do art. 23, IX, CFRB, de 1988, que emana o mandamento para o *facere* estatal em prol dos desfavorecidos, ou, em suas palavras, “*aqui se tem um mandamento de ação afirmativa destinada a executar prestações positivas estatais no interesse das classes menos favorecidas. É daqui que decorre o direito subjetivo dos interessados contra a Administração Pública, que, por sua vez, tem a obrigação de promover tais programas de moradia e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento*”.¹

10. Vinícius Marques de Carvalho², ao tracejar distinções entre as competências dos entes, afirma que o que singulariza as competências comuns ou concorrentes é a organização nacional de funções de grande relevância para a sociedade como um todo e que, por isso mesmo, envolvem a concretização de direitos fundamentais e que o rol do art. 23 da Constituição do Brasil fornece essa dimensão ao tratar de matérias de natureza social.

Conceito legal de saneamento básico

11. A Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei Nacional de Saneamento Básico) considera saneamento básico, art. 3º, I, o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao

1 SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 275.

2 CARVALHO, Vinícius Marques de. O Direito do Saneamento Básico – Coleção Direito Econômico e Desenvolvimento – Volume 1. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 372.

abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

A Lei orgânica do SUS, o saneamento básico e a saúde indígena

12. A Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, sofreu alteração pela Lei n. 9.836, de 1999, para, entre outros, instituir o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, como componente do Sistema Único de Saúde, cabendo à União, com seus recursos próprios, financiar tal Subsistema.

13. No presente caso, ganha relevo a previsão contida no art. 19-F de mencionada Lei, a qual dita dever considerar obrigatoriamente abordagem que contemple os aspectos de assistência à saúde indígena, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

14. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

15. De outro prisma, a Lei n. 11.445, de 2007, em seu art. 48, estabeleceu, entre as diretrizes nacionais para o saneamento básico, que a União priorizará ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico, devendo as políticas e ações de interesse social ser articuladas com o saneamento básico:

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico.

16. No que tange aos povos indígenas, a Lei n. 11.445, de 2007, fixou, ainda, em seu art. 49, como objetivo da Política Federal de Saneamento Básico:

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais

17. Por sua vez, o Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei n. 11.445, de 2007, detalhou a Política Federal de Saneamento Básico como o conjunto de planos, programas, projetos e ações promovidos por órgãos e entidades federais, isoladamente ou em cooperação com outros entes da Federação, ou com particulares, com vários objetivos, entre os quais, o de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais (art. 53, IV).

18. Percebe-se, portanto, que, mesmo em se tratando de saúde indígena, os normativos de regência permitem e estimulam o federalismo cooperativo, além da articulação com particulares, com o fito de melhor atender aos propósitos de promoção à saúde, para o que o saneamento básico apresenta-se como fundamental frente de atuação.

Alteração de competência para execução de ações de atenção à saúde indígena da FUNASA para o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI.

19. Referidas ações voltadas à atenção da saúde indígena, por força do Decreto n. 3.156, de 1999, art. 3º eram executadas pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

20. Contudo, com a edição da Lei n. 12.314, de 19 de agosto de 2010, ao dispor sobre a organização dos Ministérios, foi autorizada a transferência das ações de atendimento de atenção básica do Departamento de Saúde Indígena da FUNASA ao Ministério da Saúde:

Art. 11. O Poder Executivo disporá sobre a estrutura regimental da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, mantidos os cargos em comissão e funções gratificadas não diretamente vinculados às competências relativas ao atendimento de atenção básica do Departamento de Saúde Indígena transferidas ao Ministério da Saúde com fundamento nesta Lei

21. Com a edição do Decreto n. 7.336, de 19 de outubro de 2010, foram transferidos da FUNASA para o Ministério da Saúde os bens permanentes ativos compreendendo móveis, imóveis, intangíveis e semoventes, acervo documental e equipamentos destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas, incluindo os relacionados às ações de saneamento ambiental em terras indígenas, consoante art. 5º daquele edito, oportunidade em que instituída a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI - tendo sido conferido o prazo até 31 de dezembro de 2011 para a efetivar a transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, conforme redação do art. 6º conferida pelo Decreto n. 7.461, de 2011.

22. A SESAI, portanto, representa área especializada do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em todo território nacional. A Sesai tem como missão principal a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e exercer a gestão de saúde indígena, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, em consonância com as políticas e programas do SUS.

23. Cabe à SESAI a coordenação e avaliação das ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena, promoção, articulação e a integração com os setores governamentais e não

governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena. É também de responsabilidade da Secretaria identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

24. Em sua estrutura administrativa a Secretaria conta com o Departamento de Gestão da Saúde Indígena, o Departamento de Atenção à Saúde Indígena e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs.

25. Ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena compete (Decreto n. 7.530, de 2011, art. 45, inciso VII) coordenar as ações de edificações e saneamento ambiental nos DSEIs. Consoante art. 46 do Decreto n. 7.530, de 2011, aos DSEIs compete coordenar, supervisionar e executar as atividades do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, criado pela Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, nas respectivas áreas de atuação.

26. Portanto, do arcabouço normativo precedentemente delineado decorre a conclusão e a afirmativa de que I) o saneamento básico representa direito social que demanda o agir estatal para que se concretize direitos fundamentais; II) entre os destinatários de tal norma encontram-se os povos indígenas que possuem previsão expressa tanto na Lei Nacional do Saneamento Básico, quanto na Lei Orgânica do SUS; III) houve a transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da FUNASA para o Ministério da Saúde; IV) cabe à SESAI/MS a execução de ações voltadas ao saneamento básico nas terras indígenas; V) na estrutura regimental do Ministério da Saúde, compete aos DSEIs executar as atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, aí incluído o saneamento básico; VI) a União pode, calcada no federalismo cooperativo, valer-se da cooperação com os demais entes federativos, além da articulação com particulares, a fim de melhor atender aos propósitos de promoção à saúde, para o que o saneamento básico apresenta-se como fundamental frente de atuação.

Terras indígenas e terras não-indígenas

27. Ponto de estrangulamento e objeto da presente consulta, ante o volume de indagações que foram submetidas à SESAI/MS, consiste em saber se a União está obrigada, a todo e qualquer custo, a promover ações de saneamento básico aos povos indígenas, ainda que estejam localizados, temporariamente ou não, em terras não-indígenas.

28. A resposta comporta temperamentos.

29. Conforme discorrido na presente manifestação, o saneamento básico é instrumentalização que concretiza direito social voltado ao fim maior de prestigiar a dignidade da pessoa humana, em cuja categoria, indubitavelmente, estão inseridos os povos indígenas.

30. Assim, é de se afirmar categoricamente que a União está jungida a desempenhar ações voltadas à proteção e promoção da saúde indígena.

31. Por outro vértice, a proteção do patrimônio público e o princípio da legalidade pode, por vezes, diminuir meios e alternativas para se trilhar o fazer constitucional do dever de prestar a saúde.

32. Por óbvio, o administrador deverá procurar meios, instrumentos e alternativas, conformando os princípios que se encontram em rota de colisão.

33. No caso dos indígenas em áreas ditas irregulares (não-indígenas ou não demarcadas) se é certo que eles devem ter à disposição condições salubres (saneamento) não se apresenta razoável, entretanto, que o administrador imobilize perenemente investimentos públicos em situações em

desconformidade com o ordenamento jurídico, a exemplo de promover destinação de recursos de investimento em bens de raiz, em áreas, por exemplo, de particulares ocupadas pelos índios.

34. Em exemplo extremo, se assim o fosse, teríamos a absurda hipótese de a União acompanhar cada alteração de comunidade indígena ou mesmo pequenos grupos dissidentes da comunidade para que promovesse infraestrutura de saneamento básico que, restariam desperdiçadas, com a nova mudança da comunidade ou mesmo por retomada de particulares.

35. Por isso, a demarcação, mandamento constitucional, apresenta-se como importante instrumento de organização, coordenação e planejamento da política e execução de ações de grande vulto e investimentos permanentes, o que, repita-se, não elide sejam promovidas ações alternativas que alcancem o fim almejado de proteção à saúde. A propósito, dita a Constituição do Brasil, em seu art. 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

36. Nesse aspecto, é assaz importante trazer à baila o conceito de terras indígenas. O Estatuto do Índio, Lei n. 6.001, de 1973, diz:

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição;

II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;

III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

37. Denota-se que o Estatuto do Índio trouxe conceito de terras indígenas que não se encontra adstrito ao domínio da União, podendo, inclusive, haver propriedade plena do índio ou da comunidade indígena de terras havidas por quaisquer formas de aquisição de domínio (art. 32 da Lei n. 6.001, de 1973)

38. Referido Estatuto, contudo, impõe a necessidade de demarcação administrativa, senão vejamos:

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

39. A Constituição do Brasil, de 1988, ao versar sobre a demarcação de terras indígenas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos a partir da promulgação daquela Carta para que a União demarcasse as terras indígenas (art. 67).

40. Entrementes, conquanto transcorrido significativo lapso temporal até o momento, sabido que o processo de demarcação de terras indígenas demanda longo procedimento que, por isso, pode justificar relativo atraso no cumprimento da determinação constitucional, máxime considerando as dificuldades operacionais dos órgãos envolvidos em tal procedimento, próprias da estrutura burocrática de um país com dimensões vultosas.

41. O procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas encontra-se regido atualmente pelo Decreto n. 1.775, de 1996. Para ilustrar, valemo-nos da síntese apresentada pelo antropólogo, Dr. Fernando de La Rocque Couto, para o aperfeiçoamento da demarcação:

Estudos de identificação

É feito um estudo antropológico por antropólogo de competência reconhecida pela FUNAI a fim de reconhecer a terra indígena por um prazo determinado.

A seguir, um grupo técnico especializado, coordenado por um antropólogo e composto preferencialmente por técnicos da FUNAI, realiza estudos complementares. Este grupo realiza análises sociológicas, jurídicas, cartográficas, ambientais e um levantamento fundiário para definir os limites da terra indígena.

Aprovação da FUNAI

O relatório é então apresentado para apreciação da FUNAI. Caso haja aprovação pelo presidente da FUNAI, ocorre a publicação do resumo do relatório no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade da federação onde se localizam as terras, em um prazo de quinze dias. O resumo também deve ser afixado na prefeitura local.

Contestações

Todos os interessados podem contestar o reconhecimento da terra indígena, desde o início do processo até 90 dias da publicação do resumo no Diário Oficial. Para isto, encaminham à FUNAI suas razões e provas pertinentes. As contestações podem querer apontar vícios no relatório ou exigir indenizações. Após concluído o prazo de contestações, a FUNAI tem 60 dias para elaborar os pareceres sobre as contestações e encaminhá-las ao Ministério da Justiça.

Delimitação

O Ministro de Estado da Justiça terá 30 dias para encaminhar uma resolução que pode ser: declarar os limites da área e determinar a sua demarcação física; prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º. do artigo 231 da Constituição.

Demarcação física

Em caso de declaração dos limites da área, cabe à FUNAI a demarcação física. Ao Inca cabe o reassentamento da população não-índia que possa ocupar o local.

Homologação

Cabe ao presidente da República a homologação da terra indígena.

Registro

Após a homologação, o registro das terras deve ser efetuado em 30 dias no cartório de imóveis da comarca onde se localizam as terras e no SPU (Serviço de Patrimônio da União).

Art. 231 da Constituição do Brasil e art. 25 do Estatuto do Índio

42. Poder-se-ia questionar se, à luz do art. 25 da Lei n. 6.001, de 1973, haveria direito dos índios à posse permanente das terras por ele habitadas, independentemente de sua demarcação. Entende este signatário ser negativa a resposta.

43. Dita referida Lei que:

Art. 25. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independentemente de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas,

atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

44. Ao reverso, a Constituição do Brasil em seu art. 231, ao versar sobre os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, confere tal competência à União para demarcá-las, aclarando, ainda, que terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são I) as por eles habitadas em caráter permanente, II) as utilizadas para as suas atividades produtivas, III) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e IV) as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu uso, costumes e tradições, *verbis*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

45. Desse modo, denota-se que o conceito estampado no art. 25 para posse permanente, na norma que é anterior ao paradigma constitucional vigente, foi integralmente abarcado pela dicção constitucional carreada em seu art. 231, para o que, conquanto se trate de um ato declaratório e não constitutivo, o constituinte afirmou depender necessariamente do procedimento de demarcação de terras indígenas, o que torna sem substância o argumento de que o art. 25, da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio), registra o direito dos índios à posse permanente das terras por eles habitadas, independentemente de sua demarcação. Há que se olhar para a Lei em tela com a lupa constitucional e não o inverso, sob pena de a criatura tornar-se criador. Em outros verbetes, há que se fazer interpretação conforme à Constituição no que alude ao art. 25 do Estatuto do Índio. Corroboram a tese aqui veiculada os julgados transcritos:

STF
Pet 3388
Pet – PETIÇÃO
Decisão
Relator Ministro Carlos Britto

Os direitos **dos índios** sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente.

.....

TRF 3ª Região -
Processo:
AI 8746 MS 2009.03.00.008746-5
Relator(a):
DESEMBARGADOR FEDERAL HENRIQUE HERKENHOFF
Julgamento:
09/02/2010

Órgão Julgador:
SEGUNDA TURMA

Ementa

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS. ARTIGO 557, § 1º, CPC. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. COMUNIDADE INDÍGENA.

1. Agravo de instrumento interposto pela PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À FUNAI - DOURADOS/MS, na defesa da Comunidade Indígena Curral de Arame, em face da r. decisão em que o E. Juízo Federal da Primeira Vara em Dourados/MS, nos autos de ação de manutenção de posse, deferiu pedido de liminar e determinou a reintegração de posse em favor dos autores, para que os réus, João da Silva e outros, integrantes da Comunidade Indígena Curral de Arame, sejam retirados, no prazo de 30 (trinta) dias, do imóvel rural nominado de FAZENDA SERRANA.

2. Dentre os documentos que acompanham as razões recursais, consta a prova de que o primeiro autor do feito originário - CÍCERO GUILHERME BONILHA TECCHIO - é detentor do domínio da FAZENDA SERRANA (Certidão do Cartório de Imóveis referente à matrícula nº 68852), tendo celebrado com o segundo autor - LAURO ZARPELÃO - Contrato Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, em junho/98 e, posteriormente, em junho/2006, Contrato de Parceira Agrícola.

3. Verifica-se que até o presente momento os agravados detêm o imóvel através de justo título e de posse legítima, **sem substância o argumento de que o art. 25, da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio), registra o direito dos índios à posse permanente das terras por eles habitadas, independente de sua demarcação.**

4. Extrai-se que na hipótese dos autos, os substituídos não se encontram na lícita posse da FAZENDA SERRANA e, ao que consta, teriam invadido essas terras.

5. **A Constituição Federal de 1988 dispôs de maneira diversa, ao atribuir à União a competência para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (art. 231)** e, no cumprimento da determinação constitucional, a FUNAI expediu a Portaria nº 791, publicada no DOU em 14/07/2008, em que constituiu Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar a "primeira etapa" (sic) dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental da região. Trata-se de trabalho de campo, que antecede o processo administrativo de demarcação das terras indígenas, trabalho este que foi interrompido, como noticiado nas razões recursais, com previsão de reinício a partir de abril/2009. 6. Revela-se precipitado concluir que a região, compreendida pela "Bacia denominada Brilhante-Pegua, localizada nos Municípios de Dourados, Douradina, Rio Brilhante e Maracaju (MS)", indicada na referida Portaria nº 791/FUNAI, alcance a propriedade e a posse dos autores, ora agravados, se nem ao menos teve início a fase preambular dos estudos para identificação e posterior delimitação das terras da comunidade que figura como substituída processualmente, no presente recurso. 7. O próprio substituto ressalta a necessidade de realização de prova pericial antropológica, que, segundo alega, já foi requerida perante o E. Juízo da causa. 8. Consubstancia indispensável, portanto, a realização de prova pericial, por intermédio de elaboração de laudo antropológico judicial, para dirimir a controvérsia acerca da caracterização das terras em disputa como de ocupação tradicionalmente indígena e, nesse aspecto, mister o provimento parcial do agravo a fim de que o Juízo de 1º grau determine a produção da referida prova. 9. Agravo a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

.....

STF

MS 25483 MS - MANDADO DE SEGURANÇA

Relator Ministro Carlos Britto

O Tribunal, à unanimidade, conheceu em parte **do** mandado de segurança e, na parte conhecida, denegou-o, nos termos **do** voto **do** Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio e Joaquim Barbosa. Falaram, pelos impetrantes, o Dr. Luiz Valdemar Albrecht; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Gracie Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral Adjunta e, pelo Ministério Público Federal, o Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Plenário, 04.06.2007

Cabe à União demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (caput do artigo 231 da Constituição Federal). Donde competir ao Presidente da República homologar tal demarcação administrativa. A manifestação do Conselho de Defesa Nacional não é requisito de validade da demarcação de terras indígenas, mesmo daquelas situadas em região de fronteira. Não há que se falar em supressão das garantias do contraditório e da ampla defesa se aos impetrantes foi dada a oportunidade de que trata o artigo 9º do Decreto 1.775/96 (MS 24.045, Rel. Min. Joaquim Barbosa). Na ausência de ordem judicial a impedir a realização ou execução de atos, a Administração Pública segue no seu dinâmico existir, baseada nas determinações constitucionais e legais. O procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol não é mais do que o proceder conforme a natureza jurídica da Administração Pública, timbrada pelo auto-impulso e pela auto-executoriedade. Mandado de Segurança parcialmente conhecido para se denegar a segurança

.....
STF
Pet 3388
Pet – PETIÇÃO
Decisão
Relator Ministro Carlos Britto

Todas as "terras indígenas" são um bem público federal (inciso XI **do art.** 20 da CF), o que não significa dizer que o ato em si da demarcação extinga ou amesquinhe qualquer unidade federada. Primeiro, porque as unidades federadas pós-Constituição de 1988 já nascem com seu território jungido ao regime constitucional de preexistência **dos** direitos originários **dos índios** sobre as terras por eles "tradicionalmente ocupadas". Segundo, porque a titularidade de bens não se confunde com o senhorio de um território político. Nenhuma terra indígena se eleva ao patamar de território político, assim como nenhuma etnia ou comunidade indígena se constitui em unidade federada. Cuida-se, cada etnia indígena, de realidade sócio-cultural, e não de natureza político-territorial. 6. NECESSÁRIA LIDERANÇA INSTITUCIONAL DA UNIÃO, SEMPRE QUE OS ESTADOS E MUNICÍPIOS ATUAREM NO PRÓPRIO INTERIOR DAS TERRAS JÁ DEMARCADAS COMO DE AFETAÇÃO INDÍGENA. A vontade objetiva da Constituição obriga a efetiva presença de todas as pessoas federadas em terras indígenas, desde que em sintonia com o modelo de ocupação por ela concebido, que é de centralidade da União. Modelo de ocupação que tanto preserva a identidade de cada etnia quanto sua abertura para um relacionamento de mútuo proveito com outras etnias indígenas e grupamentos de não-**índios**. A atuação complementar de Estados e Municípios em terras já demarcadas como indígenas há de se fazer, contudo, em regime de concerto com a União e sob a liderança desta. Papel de centralidade institucional desempenhado pela União, que não pode deixar de ser imediatamente coadjuvado pelos próprios **índios**, suas comunidades e organizações, além da protagonização de tutela e fiscalização **do** Ministério Público (inciso V **do art.** 129 e **art.** 232, ambos da CF). 7. AS TERRAS INDÍGENAS COMO CATEGORIA JURÍDICA DISTINTA DE

TERRITÓRIOS INDÍGENAS. O DESABONO CONSTITUCIONAL AOS VOCÁBULOS "POVO", "PAÍS", "TERRITÓRIO", "PÁTRIA" OU "NAÇÃO" INDÍGENA. Somente o "território" enquanto categoria jurídico-política é que se põe como o preciso âmbito espacial de incidência de uma dada Ordem Jurídica soberana, ou autônoma. O substantivo "terras" é termo que assume compostura nitidamente sócio-cultural, e não política. A Constituição teve o cuidado de não falar em territórios indígenas, mas, tão-só, em "terras indígenas". A traduzir que os "grupos", "organizações", "populações" ou "comunidades" indígenas não constituem pessoa federada. Não formam circunscrição ou instância espacial que se orne de dimensão política. Daí não se reconhecer a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica a dimensão de instância transnacional. Pelo que nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como "Nação", "País", "Pátria", "território nacional" ou "povo" independente. Sendo de fácil percepção que todas as vezes em que a Constituição de 1988 tratou de "nacionalidade" e dos demais vocábulos aspeados (País, Pátria, território nacional e povo) foi para se referir ao Brasil por inteiro.

8. **A DEMARCAÇÃO COMO COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DA UNIÃO. Somente à União, por atos situados na esfera de atuação do Poder Executivo, compete instaurar, sequenciar e concluir formalmente o processo demarcatório das terras indígenas, tanto quanto efetivá-lo materialmente, nada impedindo que o Presidente da República venha a consultar o Conselho de Defesa Nacional (inciso III do § 1º do art. 91 da CF), especialmente se as terras indígenas a demarcar coincidirem com faixa de fronteira.** As competências deferidas ao Congresso Nacional, com efeito concreto ou sem densidade normativa, exaurem-se nos fazeres a que se referem o inciso XVI do art. 49 e o § 5º do art. 231, ambos da Constituição Federal.

9. A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS COMO CAPÍTULO AVANÇADO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. Os arts. 231 e 232 da Constituição Federal são de finalidade nitidamente fraternal ou solidária, própria de uma quadra constitucional que se volta para a efetivação de um novo tipo de igualdade: a igualdade civil-moral de minorias, tendo em vista o proto-valor da integração comunitária. Era constitucional compensatória de desvantagens historicamente acumuladas, a se viabilizar por mecanismos oficiais de ações afirmativas. No caso, os índios a desfrutar de um espaço fundiário que lhes assegure meios dignos de subsistência econômica para mais eficazmente poderem preservar sua identidade somática, linguística e cultural. Processo de uma aculturação que não se dilui no convívio com os não-índios, pois a aculturação de que trata a Constituição não é perda de identidade étnica, mas somatório de mundividências. Uma soma, e não uma subtração. Ganho, e não perda. Relações interétnicas de mútuo proveito, a caracterizar ganhos culturais incessantemente cumulativos. Concretização constitucional do valor da inclusão comunitária pela via da identidade étnica. 10. O FALSO ANTAGONISMO ENTRE A QUESTÃO INDÍGENA E O DESENVOLVIMENTO. Ao Poder Público de todas as dimensões federativas o que incumbe não é subestimar, e muito menos hostilizar comunidades indígenas brasileiras, mas tirar proveito delas para diversificar o potencial econômico-cultural dos seus territórios (dos entes federativos). O desenvolvimento que se fizer sem ou contra os índios, ali onde eles se encontrarem instalados por modo tradicional, à data da Constituição de 1988, desrespeita o objetivo fundamental do inciso II do art. 3º da Constituição Federal, assecuratório de um tipo de "desenvolvimento nacional" tão ecologicamente equilibrado quanto humanizado e culturalmente diversificado, de modo a incorporar a realidade indígena. 11. O CONTEÚDO POSITIVO DO ATO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS. 11.1. O marco temporal de ocupação. A Constituição Federal trabalhou com data certa -- a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) -- como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígine; ou seja, para o

reconhecimento, aos **índios**, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. 11.2. O marco da tradicionalidade da ocupação. É preciso que esse estar coletivamente situado em certo espaço fundiário também ostente o caráter da perdurabilidade, no sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica. A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-**índios**. Caso das "fazendas" situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cuja ocupação não arrefeceu nos **índios** sua capacidade de resistência e de afirmação da sua peculiar presença em todo o complexo geográfico da "Raposa Serra do Sol". 11.3. O marco da concreta abrangência fundiária e da finalidade prática da ocupação tradicional. Áreas indígenas são demarcadas para servir concretamente de habitação permanente **dos índios** de uma determinada etnia, de par com as terras utilizadas para suas atividades produtivas, mais as "imprescindíveis à preservação **dos** recursos ambientais necessários a seu bem-estar" e ainda aquelas que se revelarem "necessárias à reprodução física e cultural" de cada qual das comunidades étnico-indígenas, "segundo seus usos, costumes e tradições" (usos, costumes e tradições deles, indígenas, e não usos, costumes e tradições **dos não-índios**). Terra indígena, no imaginário coletivo aborígene, não é um simples objeto de direito, mas ganha a dimensão de verdadeiro ente ou ser que resume em si toda ancestralidade, toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia. Donde a proibição constitucional de se remover os **índios** das terras por eles tradicionalmente ocupadas, assim como o reconhecimento **do** direito a uma posse permanente e usufruto exclusivo, de par com a regra de que todas essas terras "são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis" (§ 4º **do art.** 231 da Constituição Federal). O que termina por fazer desse tipo tradicional de posse um heterodoxo instituto de Direito Constitucional, e não uma ortodoxa figura de Direito Civil. Donde a clara inteligência de que OS ARTIGOS 231 E 232 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONSTITUEM UM COMPLETO **ESTATUTO JURÍDICO DA CAUSA INDÍGENA**. 11.4. O marco **do** conceito fundiariamente extensivo **do** chamado "princípio da proporcionalidade". A Constituição de 1988 faz **dos** usos, costumes e tradições indígenas o engate lógico para a compreensão, entre outras, das semânticas da posse, da permanência, da habitação, da produção econômica e da reprodução física e cultural das etnias nativas. O próprio conceito **do** chamado "princípio da proporcionalidade", quando aplicado ao tema da demarcação das terras indígenas, ganha um conteúdo peculiarmente extensivo. 12. DIREITOS "ORIGINÁRIOS". Os direitos **dos índios** sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente. Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de "originários", a traduzir um direito mais antigo **do** que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-**índios**. Atos, estes, que a própria Constituição declarou como "nulos e extintos" (§ 6º **do art.** 231 da CF).

46. Com referidas digressões, que transfixam o Estatuto de Índio, sem descurar do seu caráter orbital ao ditame constitucional, de onde extrai seu fundamento de validade, assevera-se aqui que terras indígenas devem perspassar necessariamente pelo procedimento administrativo de demarcação, de competência constitucional da União.

Esboço da situação das terras indígenas

47. No que tange às terras indígenas ainda não demarcadas/irregulares, os dados estatísticos apresentados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS)³ esclarecem que, atualmente, a população indígena vive em 611 (seiscentos e onze) terras indígenas, sendo que apenas 64% (sessenta e quatro por cento) dessas terras estão regularizadas e 18% (dezoito por cento) em estudo de regularização.

48. A SESAI/MS apresenta planilha com a situação fundiária pormenorizada, que se encontra em anexo.

Investimentos públicos em terras irregulares ou particulares

49. É de se notar, ainda, a imobilização de patrimônio ou investimentos públicos em áreas irregulares (não demarcadas) pode ilustrativamente conduzir o gestor ou administrador pública a situação de ilegalidade, por hipótese, no caso de incorporar patrimônio ao de um particular:

Lei n. 4320, de 17 de março de 1964

A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas sem fins lucrativos.

50. A reticência, pois, em investir em áreas não demarcadas apresenta-se prudente e em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, o que, em absoluto, implica dizer estar o Administrador omitindo-se em seu dever constitucional, mesmo porque a SESAI/MS tem apontado medidas alternativas, de pequeno vulto, a exemplo do abastecimento de água potável com caminhão pipa.

51. As medidas administrativas, provisórias, apresentam-se, nesse espectro, congruentes com a situação de precarização da titulação ou do reconhecimento das terras indígenas irregularmente ocupadas.

Programação de obras e saneamento para saúde indígena

52. Conforme se exprime na página Portal da Saúde, a área de saneamento tem sido contemplada, tanto que o planejamento da União prevê a contratação de obras de abastecimento de água em 423 aldeias, sendo 153 implantações e 270 ampliações ou reformas. Já para as obras de melhorias sanitárias domiciliares, serão contratadas 123 obras de implantação e 62 de reformas, que beneficiarão 185 aldeias, obras estas que estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II, que destinou R\$ 50 milhões para execução de obras de saneamento ambiental em áreas indígenas.⁴

Conclusões

53. Portanto, do arcabouço normativo precedentemente delineado decorre a conclusão e a afirmativa de que:

I) o saneamento básico representa direito social que demanda o agir estatal para que se concretize direitos fundamentais;

³ Números apresentados no XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e VIII Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência, realizados nos dias 09 a 12 de julho de 2011.

⁴ Ver http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?txt=37817, acesso 25/05/2012.

II) entre os destinatários de tal norma encontram-se os povos indígenas que possuem previsão expressa tanto na Lei Nacional do Saneamento Básico, quanto na Lei Orgânica do SUS;

III) houve a transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da FUNASA para o Ministério da Saúde;

IV) cabe à SESAI/MS a execução de ações voltadas ao saneamento básico nas terras indígenas;

IV) na estrutura regimental do Ministério da Saúde, compete aos DSEIs executar as atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, aí incluído o saneamento básico;]

V) a União pode, calcada no federalismo cooperativo, valer-se da cooperação com os demais entes federativos, além da articulação com particulares, a fim de melhor atender aos propósitos de promoção à saúde, para o que o saneamento básico apresenta-se como fundamental frente de atuação;

VI) o conceito de terras indígenas e seu reconhecimento, a par de sua amplitude, depende necessariamente do procedimento administrativo de demarcação;

VII) compete à União demarcar as terras indígenas;

VIII) a ausência de demarcação implica reconhecer as terras indígenas juridicamente como irregulares, o que impede ações perenes e de grande vulto voltadas ao saneamento básico, em homenagem ao princípio da legalidade e à proteção do patrimônio público. Contudo, tal situação não elide medidas, meios e instrumentos alternativos, de pequeno vulto, transitórios e reversíveis, para se atingir o fim de promoção e proteção à saúde, transfixando, com isso, condições de salubridade adequadas;

IX) é dever constitucional do administrador, preservada a sua discricionariedade, eleger meios condizentes, adequados e economicamente viáveis para se concretizar o direito fundamental à saúde, o que deve ser aferido diante da realidade de cada situação encontrada.

À consideração superior.

Propõe-se, portanto, o encaminhamento dos autos à Secretaria Especial de Saúde Indígena (GAB/SESAI/MS), para ciência e providências que entender pertinentes.

Brasília, 25 de junho de 2012.

ELIAS HIGINO DOS SANTOS NETO

Advogado da União



**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

DESPACHO N° /2012/VAR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU

PROCESSO/SIPAR n° 25000.000387/2012-21

INTERESSADO: Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI/MS

ASSUNTO: investimentos e obras de saneamento básico em terras indígenas não regularizadas

Referência ao SISCON n. 15.5

De acordo.

À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico.

Brasília, 25 de junho de 2012.

VANESSA AFFONSO ROCHA

Advogada da União

Coordenadora de Legislação e Normas

CODELEGIS/COGEJUR/CONJUR/MS

ANEXO

| Município | U F | Superf. Ha | Situação | Delimitad a | Declarad a | Hologad a |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------------|--------------------|----------------|---------------|--------------|
| Fonte Boa | AM | 19.885 | Declarada | | 17-abr-00 | |
| Lábrea | AM | 40.686 | Regularizad a | | 18-mai-92 | 03-nov-97 |
| Traipu | AL | 268 | Encaminhad a RI | | | |
| Rochedo | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Pauini | AM | 139.764 | Regularizad a | | 30-set-93 | 03-nov-97 |
| Prado | BA | 1.189 | Regularizad a | | 17-mai-96 | 08-set-98 |
| Chapecó | SC | 2.300 | Encaminhad a RI | | | |
| Amambai | MS | 668 | Regularizad a | | | |
| Porto Seguro | BA | 2.001 | Declarada | 12-jun-08 | 31-dez-10 | |
| Anastácio | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Santa Luzia do Pará | PA | 279.898 | Regularizad a | 23-mar-05 | | 04-out-93 |
| Japurá, São Gabriel da Cachoeira | AM | 7.999.38 1 | Regularizad a | | 17-mai-96 | 14-abr-98 |
| Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus | AC | 263.130 | Regularizad a | | 23-out-91 | 05-jan-96 |
| Lábrea | AM | 26.096 | Regularizad a | | 28-mai-92 | 03-nov-97 |
| Feijó, Jordão | AC | 142.619 | Regularizad a | 18-abr-00 | 20-abr-01 | 27-out-04 |
| Araguanã, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca | MA | 530.525 | Regularizad a | | | 28-dez-82 |
| Amambai | MS | 2.430 | Regularizad a | | | 29-out-91 |
| Ponta Porã | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Goianésia do Pará | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Itamarati | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Caucaia e São Gonçalo do Amarantes | CE | 0 | Em estudo | | | |
| Moju | PA | 7.883 | Regularizad a | | | 24-dez-91 |
| Amajari | RR | 1.769 | Regularizad a | | | 16-fev-82 |
| Amajari | RR | 30.474 | Regularizad | 30-nov-04 | 22-jun-06 | 21-dez-09 |

| | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------|--------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Aveiro, Barreirinha, Itaituba, Maués, Parintins | AM, PA | 788.528 | Regularizada | | | | 06-ago-86 |
| Amajari | RR | 7.627 | Regularizada | | | | 17-fev-82 |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | | |
| Alto Alegre | RR | 3.174 | Regularizada | | | | 24-dez-91 |
| Amambai, Ponta Porã, ... | MS | 0 | Em estudo | | | | |
| Apiacás | MT | 982.324 | Delimitada | 20-abr-11 | | | |
| Juara | MT | 109.245 | Regularizada | | | | 24-dez-91 |
| Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis | TO | 141.904 | Regularizada | | | | 03-nov-97 |
| Tocantinópolis e Nazaré | TO | 0 | Em estudo | | | | |
| Careiro da Várzea | AM | 653 | Regularizada | 24-abr-00 | 20-abr-01 | | 05-mai-03 |
| Londrina | PR | 5.574 | Regularizada | | | | |
| Lábrea | AM | 73.351 | Homologada | 22-out-02 | 21-set-04 | | 31-dez-10 |
| Tapauá | AM | 18.232 | Regularizada | 29-nov-99 | 25-jul-00 | | 12-mar-07 |
| Tapauá | AM | 96.457 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Boca do Acre, Lábrea | AM | 42.198 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| São Félix do Xingu | PA | 773.470 | Regularizada | 09-jun-03 | 21-set-04 | | 19-abr-07 |
| Amajari | RR | 50.018 | Regularizada | | | | 17-fev-82 |
| Guaira | PR | 0 | Em estudo | | | | |
| Parati | RJ | 0 | Em estudo | | | | |
| Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará | PA | 274.010 | Regularizada | | | | 24-dez-91 |
| Senador José Porfírio | PA | 25.500 | Declarada | 31-mar-06 | 30-jun-08 | | |
| Porto Walter, Tarauacá | AC | 87.572 | Regularizada | 14-dez-01 | 04-dez-02 | | 18-abr-06 |
| Marechal Thaumaturgo | AC | 20.764 | Declarada | 15-set-08 | 08-set-09 | | |
| Aripuanã | MT | 114.842 | Regularizada | | 24-nov-92 | | 26-dez-96 |
| Avaí | SP | 1.930 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú, Santa Luzia | MA | 413.288 | Regularizada | | | | 22-jan-90 |
| Borba, Novo Aripuanã | AM | 40.750 | Declarada | 08-mai-08 | 19-ago-09 | | |
| Altamira, São Félix do Xingu, | PA | 940.901 | Regularizada | | 21-dez-92 | | 05-jan-96 |

| | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|---------|---------------------|-----------|-----------|-----------|
| Senador José Porfírio | | | a | | | |
| Água Boa | MT | 218.515 | Regularizada | | | 02-out-96 |
| Aripuanã, Juína | MT | 750.649 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Manicoré | AM | 10.358 | Regularizada | 19-mai-98 | 11-dez-98 | 11-dez-01 |
| Guaíba e Eldorado do Sul | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Paranhos | MS | 7.176 | Homologada | 17-ago-04 | 15-dez-06 | 21-dez-09 |
| Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Mirandiba, Salgueiro | PE | 16.290 | Regularizada | | 17-ago-93 | 05-jan-96 |
| Colinas do Sul, Minaçu | GO | 38.000 | Declarada | | | 02-out-96 |
| Formoso do Araguaia | TO | 0 | Em estudo | | | |
| São Miguel do Iguaçú | PR | 232 | Encaminhada a RI | | | |
| Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Carú, Zé Doca | MA | 116.583 | Regularizada | | 27-jul-92 | 19-abr-05 |
| Grajaú | MA | 82.432 | Regularizada | | | 09-ago-83 |
| Cumaru do Norte, São Félix do Xingu | PA | 221.982 | Regularizada | | 23-abr-01 | 23-jun-03 |
| Barão de Melgaço, Poconé | MT | 19.164 | Declarada | 16-jul-03 | 22-mai-09 | |
| Humaitá | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Barcelos | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Santa Isabel do Rio Negro | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Aveiro | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Paranatinga, Planalto da Serra | MT | 61.405 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| São Gabriel da Cachoeira | AM | 257.281 | Regularizada | 22-ago-02 | 15-dez-06 | 21-dez-09 |
| Canutama, Lábrea, Tapauá | AM | 192.660 | Declarada | 31-jul-02 | 21-set-04 | |
| São Jerônimo da Serra | PR | 3.751 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Alto Alegre | RR | 12.883 | Regularizada | | 01-jan-82 | 10-dez-01 |
| Muquém de São Francisco | BA | 62 | Regularizada | | | |
| Porto Seguro | BA | 8.627 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Tefé | AM | 1.772 | Homologada | | | 29-out-91 |
| Paragominas | PA | 2.374 | Regularizada | 09-ago-02 | 09-mar-04 | 18-abr-06 |
| Tonantins | AM | 1.937 | Homologada | 21-nov-06 | 14-ago-07 | 20-abr-11 |

| | | | | | | |
|------------------------------------------|----|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Juara, Nova Canaã do Norte, Tabaporã | MT | 117.050 | Delimitada | 16-jul-03 | | |
| Gaúcha do Norte | MT | 5.159 | Regularizada | | 01-out-97 | 08-set-98 |
| Altamira | PA | 1.540.930 | Regularizada | | 08-out-03 | 19-jun-08 |
| Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins | AM | 122.769 | Regularizada | | 25-nov-91 | 03-jul-95 |
| Careiro da Várzea | AM | 337 | Homologada | | | 10-fev-03 |
| Laranjeiras do Sul | PR | 7.336 | Declarada | 12-ago-04 | 20-out-07 | |
| Ubatuba | SP | 906 | Regularizada | | | 26-set-00 |
| Boca do Acre, Lábrea | AM | 26.240 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Benjamin Constant | AM | 1.613 | Regularizada | | | 05-jan-96 |
| Bonfim | RR | 859 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Alto Alegre | RR | 16.354 | Regularizada | 09-nov-98 | 25-jul-00 | 06-jun-03 |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Campos Borges, Espumoso, Salto do Jacuí | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Belterra | PA | 13.515 | Delimitada | 29-out-09 | | |
| Glória, Paulo Afonso, Rodelas | BA | 17.925 | Regularizada | | 28-mai-92 | 30-abr-01 |
| Paranhos, ... | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia | MS | 2.090 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Sidrolândia | MS | 10 | Regularizada | | | 23-mai-96 |
| Caarapó | MS | 3.594 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Assis Brasil, Sena Madureira | AC | 78.513 | Regularizada | | | 14-abr-98 |
| Envira | AM | 28.367 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Imaruí | SC | 80 | Encaminhada RI | | | |
| Altamira, Placas, Uruará | PA | 734.027 | Declarada | 27-fev-07 | 30-jun-08 | |
| Miranda | MS | 2.658 | Regularizada | | | |
| Cacique Doble, São José do Ouro | RS | 4.426 | Regularizada | | | 27-mar-91 |
| Luciara, São Félix do Araguaia | MT | 32.305 | Declarada | 13-nov-02 | 14-ago-07 | |
| Prado | BA | 0 | Em estudo | | | |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Porto da Folha | SE | 4.317 | Regularizada | | 25-nov-91 | 24-dez-91 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|----------------------------------------------|----|-----------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| Aracruz | ES | 2.997 | Regularizada | | 06-mar-98 | 11-dez-98 |
| Aracruz | ES | 57 | Regularizada | 03-jul-01 | 30-dez-02 | 19-abr-04 |
| Lábrea | AM | 308.063 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Amajari | RR | 4.304 | Regularizada | | | 17-fev-82 |
| Coari | AM | 12.500 | Declarada | 22-out-01 | 15-ago-08 | |
| Pauini | AM | 150.931 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-nov-97 |
| Palhoça | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Boca do Acre | AM | 58.520 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Cruzeiro do Sul, Tarauacá | AC | 32.624 | Regularizada | | | 12-ago-93 |
| Barra do Corda, Grajaú, Jenipapo dos Vieiras | MA | 137.330 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Cantá | RR | 11.182 | Regularizada | | 16-ago-93 | 15-fev-96 |
| Formoso do Araguaia | TO | 0 | Em estudo | | | |
| Porto Alegre, Viamão | RS | 284 | Homologada | 31-mai-00 | 27-nov-03 | 11-out-07 |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Palmares do Sul | RS | 43 | Regularizada | | 13-ago-99 | 18-abr-01 |
| Peixoto de Azevedo, São José do Xingu | MT | 634.915 | Regularizada | | | 25-jan-91 |
| Camacan, Itaju do Colônia, Pau Brasil | BA | 54.105 | Declarada | | | |
| Nova América, Rubiataba | GO | 1.666 | Regularizada | | | 15-jan-90 |
| Nova América | GO | 78 | Regularizada | | | 15-jan-90 |
| Água Santa | RS | 603 | Regularizada | | | 27-mar-91 |
| Bom Jardim | MA | 172.667 | Regularizada | | | 22-nov-82 |
| Pauini | AM | 115.044 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-nov-97 |
| Jacareacanga | PA | 117.247 | Regularizada | | | 24-nov-82 |
| Guaraqueçaba | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Eldorado | MS | 1.951 | Regularizada | | 23-out-91 | 21-mai-92 |
| Campinápolis | MT | 12.742 | Regularizada | | 25-jun-98 | 30-abr-01 |
| Novo Xingu | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Pontes e Lacerda | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Borba | AM | 1.153.210 | Regularizada | 23-abr-99 | 07-out-99 | 19-abr-04 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|--------------------------------------------------------|----|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Aracruz | ES | 2.984 | Regularizada | | 06-mar-98 | 09-ago-83 |
| Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia | BA | 1.494 | Regularizada | | 15-out-97 | 09-jul-98 |
| Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia | BA | 0 | Em estudo | | | |
| Acaraú, Itarema | CE | 3.162 | Regularizada | | 23-abr-01 | 05-mai-03 |
| São Gabriel da Cachoeira | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Autazes | AM | 1.322 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Maraã | AM | 36.451 | Regularizada | 19-mai-98 | 14-nov-98 | 23-jun-03 |
| Autazes, Borba | AM | 471.451 | Regularizada | 28-jan-02 | 04-dez-02 | 01-nov-06 |
| Itamarati, Lábrea, Pauini, Tapauá | AM | 1.531.303 | Regularizada | 19-fev-01 | 16-out-01 | 27-out-04 |
| Humaitá | AM | 47.355 | Regularizada | 24-abr-00 | 20-abr-01 | 27-out-04 |
| Dourados, Itaporã | MS | 3.475 | Regularizada | | | |
| Naviraí, Dourados, Amambai. | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Comodoro, Juína, Sapezal | MT | 742.089 | Regularizada | | 13-set-91 | 02-out-96 |
| Jatobá, Petrolândia, Tacaratu | PE | 7.550 | Regularizada | 14-ago-02 | 21-set-04 | 19-dez-06 |
| Brasnorte | MT | 79.935 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Cotriguaçu | MT | 168.938 | Regularizada | | 01-nov-96 | 08-set-98 |
| Aveiro | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Jutaí | AM | 33.849 | Regularizada | 14-abr-99 | 08-out-99 | 19-abr-05 |
| Diamantino | MT | 2.170 | Delimitada | 28-set-10 | | |
| Tangará da Serra | MT | 2.032 | Regularizada | | 28-mai-92 | 12-ago-93 |
| Estrela | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Jutaí | AM | 12.876 | Regularizada | | | 03-jul-95 |
| Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga | AM | 548.178 | Regularizada | | 11-out-91 | 05-jan-96 |
| São Paulo de Olivença | AM | 176.206 | Regularizada | | 11-out-91 | 05-jan-96 |
| Cândido de Abreu | PR | 2.044 | Homologada | | | 29-out-91 |
| Camamu | BA | 305 | Homologada | | | 11-dez-98 |
| Palmeira dos Índios | AL | 276 | Encaminhada RI | | | |

| | | | | | | |
|----------------------------------------|----|--------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Jatobá | PE | 0 | Em estudo | | | |
| Carmésia, Senhora do Porto | MG | 3.270 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Muquém de São Francisco | BA | 327 | Encaminhada RI | | | |
| Banzaê | BA | 414 | Encaminhada RI | | | |
| Barra do Bugres, Tangará da Serra | MT | 9.859 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-jul-95 |
| Manaquiri | AM | 2.756 | Regularizada | 21-jan-00 | 04-ago-00 | 05-mai-03 |
| Manacapuru | AM | 744 | Regularizada | 25-jan-99 | 13-ago-99 | 19-abr-04 |
| Águas Belas, Itaíba | PE | 0 | Em estudo | | | |
| Tocantínia | TO | 15.704 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Oiapoque | AP | 6.689 | Regularizada | | | 22-nov-82 |
| Pauini | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Careiro da Várzea | AM | 8.612 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Arame, Itaipava do Grajaú | MA | 18.506 | Regularizada | | | 16-mai-94 |
| Amarante do Maranhão | MA | 41.644 | Regularizada | | | 28-dez-82 |
| Laguna Carapã | MS | 717 | Regularizada | | | 24-abr-84 |
| Pauini | AM | 5.037 | Regularizada | | 11-out-91 | 11-dez-98 |
| Benjamin Constant | AM | 15.600 | Delimitada | 20-abr-11 | | |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Parati | RJ | 213 | Regularizada | | 14-jul-94 | 03-jul-95 |
| Barão de Antonina | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Caraã, Maquiné, Riozinho | RS | 2.269 | Regularizada | | 10-jul-98 | 18-abr-01 |
| São Paulo | SP | 26 | Regularizada | | | 14-jul-87 |
| Arambaré | RS | 230 | Declarada | | 13-fev-96 | |
| Angra dos Reis | RJ | 2.128 | Regularizada | | 30-mar-94 | 03-jul-95 |
| Mongaguá | SP | 4.372 | Regularizada | | 22-jun-94 | 08-set-98 |
| Cunha Porã, Saudades | SC | 2.721 | Declarada | 15-set-05 | 19-abr-07 | |
| Santos, São Sebastião | SP | 948 | Regularizada | | | 08-jul-87 |
| Benjamin Constant do Sul | RS | 717 | Regularizada | | | 11-dez-98 |
| Erval Seco, Redentora, Tenente Portela | RS | 23.407 | Regularizada | | | 04-abr-91 |

| | | | | | | |
|------------------------------------------------------|----|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Aral Moreira | MS | 959 | Regularizada | | 10-out-91 | 21-mai-92 |
| Corumbá | MS | 10.985 | Regularizada | | 17-mai-96 | 10-fev-03 |
| Ponta Porã | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Caarapó | MS | 11.440 | Declarada | 12-ago-04 | 07-out-09 | |
| Ladainha | MG | 523 | Encaminhada RI | | | |
| Lábrea, Tapauá | AM | 677.840 | Regularizada | 20-mar-01 | 06-nov-01 | 22-set-05 |
| Paranatinga | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles | SC | 14.085 | Regularizada | | | 15-fev-96 |
| Ibotirama | BA | 2.020 | Homologada | | | 24-dez-91 |
| Braúna | SP | 301 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Boca do Acre | AM | 122.556 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-nov-97 |
| Feijó, Tarauacá | AC | 12.318 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Alvarães | AM | 1.540 | Regularizada | 12-jan-01 | 14-fev-02 | 19-abr-04 |
| Guajará-Mirim, Nova Mamoré | RO | 107.321 | Regularizada | | | 09-set-81 |
| Ji-Paraná | RO | 185.534 | Regularizada | | | 09-ago-83 |
| Manaquiri | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Carauari | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Nova Mamoré | RO | 47.863 | Regularizada | | | 09-set-81 |
| Jordão | AC | 0 | Em estudo | | | |
| Borba | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Sete Quedas, Iguatemi, Amambai, Coronel Sapucaia,... | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Gaúcha do Norte | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Paranaguá | PR | 1.701 | Regularizada | | 28-mai-92 | 16-mai-94 |
| Anamã | AM | 237 | Regularizada | | | 04-jul-95 |
| Cananeia | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Orocó | PE | 0 | Em estudo | | | |
| Porto Seguro | BA | 408 | Regularizada | 31-jul-02 | 21-set-04 | 12-mar-07 |
| Boca do Acre, Pauini | AM | 468.996 | Regularizada | | 07-jul-92 | 03-nov-97 |
| Lagoa da Confusão, Pium | TO | 377.114 | Regularizada | 26-nov-99 | 20-abr-01 | 18-abr-06 |
| São Valério do Sul | RS | 2.843 | Regularizada | | | 27-mar-91 |

| | | | | | | |
|----------------------------------------|----|---------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| Humaitá | AM | 215.362 | Regularizada | | 16-nov-92 | 03-nov-97 |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Brasnorte | MT | 45.556 | Regularizada | | | 15-jan-90 |
| Caçapava do Sul | RS | 222 | Delimitada | 26-jan-11 | | |
| Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Autazes | AM | 136 | Regularizada | | 16-ago-93 | 05-mai-03 |
| Mongaguá | SP | 533 | Declarada | | 17-abr-00 | |
| Itaporanga | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Viamão | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Altamira, Anapu, Senador José Porfírio | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Manoel Ribas, Pitanga | PR | 7.306 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Bonfim | RR | 14.211 | Regularizada | | 16-ago-93 | 15-fev-96 |
| Bonfim, Caracaraí | RR | 193.494 | Regularizada | 26-mai-98 | 13-abr-00 | 23-jun-03 |
| Marcação, Rio Tinto | PB | 5.032 | Regularizada | | 01-jun-92 | 01-out-93 |
| Canutama, Lábrea | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Tacuru | MS | 2.349 | Regularizada | | 20-mai-92 | 23-nov-92 |
| Amambai | MS | 405 | Regularizada | | 10-out-91 | 21-mai-92 |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Feijó | AC | 80.618 | Regularizada | 11-mai-99 | 17-abr-00 | 10-fev-03 |
| Jordão, Marechal Thaumaturgo | AC | 28.926 | Regularizada | | 30-jul-93 | 11-dez-98 |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Rodrigues Alves | AC | 0 | Em estudo | | | |
| Rodrigues Alves | AC | 25.652 | Regularizada | | 02-mar-93 | 11-dez-98 |
| Sena Madureira | AC | 0 | Em estudo | | | |
| Juara | MT | 152.510 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Uarini | AM | 1.820 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| São Paulo | SP | 2 | Regularizada | | | 14-jul-87 |
| Juti | MS | 479 | Homologada | | 01-jun-92 | 12-ago-93 |
| Lábrea, Tapauá | AM | 390.233 | Regularizada | | 25-nov-91 | 14-abr-98 |
| Poxoréo | MT | 4.706 | Regularizada | | | |
| Ponta Porã | MS | 8.800 | Declarada | 01-set-05 | 26-abr-11 | |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------|--------|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Manacapuru | AM | 5.252 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Água Branca, Pariconha | AL | 0 | Em estudo | | | |
| Conquista D'Oeste | MT | 70.538 | Regularizada | | 28-mai-92 | 04-out-93 |
| Canutama | AM | 38.351 | Regularizada | | 30-jul-93 | 19-abr-04 |
| Oiapoque | AP | 41.601 | Regularizada | | | 21-mai-92 |
| Vitória do Xingu | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Estrela Velha | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Corumbá, Porto Murtinho | MS | 538.536 | Regularizada | | | 24-abr-84 |
| Iraí | RS | 280 | Regularizada | | 28-mai-92 | 04-out-93 |
| Água Branca | AL | 0 | Em Estudo | | | |
| Floresta, Ibimirim, Inajá | PE | 31.495 | Regularizada | | 17-mai-96 | 11-dez-98 |
| Tarauacá | AC | 21.987 | Regularizada | 11-jun-97 | 25-jun-98 | 23-abr-01 |
| Marechal Thaumaturgo | AC | 87.205 | Regularizada | | 10-nov-91 | 23-nov-92 |
| Feijó, Jordão | AC | 232.795 | Regularizada | | 19-jan-98 | 11-dez-98 |
| Eirunepé, Itamarati, Pauini | AM | 596.434 | Regularizada | | 01-jun-92 | 03-nov-97 |
| Barra do Corda, Fernando Falcão | MA | 125.212 | Regularizada | | | 22-dez-82 |
| Glória | BA | 1.812 | Regularizada | | 30-mar-98 | 12-set-00 |
| Buíque | PE | 12.403 | Regularizada | | 17-mai-96 | 14-dez-98 |
| Santa Cruz do Xingu, São Félix do Xingu, Vila Rica | MT, PA | 0 | Em estudo | | | |
| Aruanã | GO | 14 | Regularizada | | 17-mai-96 | 12-set-00 |
| Cocalinho | MT | 893 | Regularizada | | 17-mai-96 | 09-set-98 |
| Aruanã | GO | 705 | Regularizada | | 17-mai-96 | 12-set-00 |
| Santa Maria das Barreiras | PA | 1.486 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| São Sebastião | AL | 1.243 | Encaminhada RI | | | |
| Altamira | PA | 330.838 | Regularizada | | 13-jul-71 | 14-abr-98 |
| Nova Mamoré, Porto Velho | RO | 152.930 | Regularizada | | 17-mai-96 | 08-set-98 |
| Porto Real do Colégio, São Brás | AL | 699 | Regularizada | | 25-nov-91 | 04-out-93 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|---------------|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Porto Velho | RO | 89.682 | Regularizada | | | 06-ago-86 |
| Piraquara | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Feijó | AC | 23.474 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Colniza | MT | 411.848 | Delimitada | 09-mar-07 | | |
| Lábrea, Porto Velho | AM , RO | 145.890 | Regularizada | | 10-out-91 | 13-ago-92 |
| Jordão, Marechal Thaumaturgo | AC | 31.278 | Regularizada | 28-mar-94 | 02-out-96 | 30-abr-01 |
| Tarauacá | AC | 105 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Tarauacá | AC | 60.699 | Regularizada | | 25-jun-98 | 30-abr-01 |
| Jordão | AC | 8.726 | Regularizada | | 11-dez-98 | 30-abr-01 |
| Feijó | AC | 127.384 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Jordão | AC | 87.294 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Feijó | AC | 27.533 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Feijó | AC | 0 | Em estudo | | | |
| Jordão | AC | 11.584 | Encaminhada RI | | | |
| Martinho Campos, Pompéu | MG | 0 | Em estudo | | | |
| Oriximiná | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu | PA | 3.284.005 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Banzaê, Quijingue, Ribeira do Pombal, Tucano | BA | 12.300 | Regularizada | | | 15-jan-90 |
| Itaituba | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Altamira, Senador José Porfírio | PA | 387.834 | Regularizada | | 18-jun-93 | 05-jan-96 |
| Ponta Porã | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Lagoa da Confusão | TO | 7.613 | Encaminhada RI | | | |
| Goiatins, Itacajá | TO | 302.533 | Regularizada | | | 07-mar-90 |
| Resplendor | MG | 4.040 | Regularizada | | | 19-abr-01 |
| Luciara | MT | 6.400 | Regularizada | | | |
| Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Montes Altos, Sítio Novo | MA | 144.776 | Regularizada | | 07-jul-92 | 27-out-04 |
| São Paulo | SP | 26 | Regularizada | | | 14-jul-87 |

| | | | | | | |
|--------------------------------------------|--------|---------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| Eirunepé, Envira, Ipixuna, Tarauacá | AC, AM | 730.143 | Regularizada | | 01-jun-92 | 11-dez-98 |
| Feijó | AC | 84.365 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Carauari | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Feijó | AC | 45.591 | Regularizada | | 17-ago-93 | 18-abr-01 |
| Juruá | AM | 80.036 | Regularizada | 01-set-00 | 20-abr-01 | 27-out-04 |
| Altamira | PA | 166.784 | Regularizada | 27-dez-01 | 30-dez-02 | 18-abr-06 |
| Parecis | RO | 16.800 | Regularizada | | 26-jul-00 | 10-fev-03 |
| Anori, Beruri | AM | 24.866 | Regularizada | | | 12-ago-93 |
| Manicoré | AM | 6.322 | Regularizada | | 11-dez-98 | 11-dez-01 |
| Beruri | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Beruri | AM | 4.080 | Regularizada | | | 03-jul-95 |
| Santo Antônio do Içá | AM | 13.210 | Homologada | 20-jul-06 | 14-ago-07 | 21-dez-09 |
| Borba | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Careiro | AM | 3.586 | Declarada | 01-set-05 | 15-dez-06 | |
| Santa Terezinha | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Manicoré | AM | 12.023 | Regularizada | 25-mai-98 | 11-dez-98 | 27-out-04 |
| Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras | MA | 13.198 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Comodoro | MT | 1.845 | Regularizada | | 19-jun-92 | 05-jan-96 |
| Aquiraz | CE | 1.731 | Declarada | 17-ago-04 | 24-fev-11 | |
| Miranda | MS | 3.000 | Regularizada | | | 23-mai-96 |
| Atalaia do Norte | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Abatiá, Santa Amélia | PR | 284 | Regularizada | | | 02-out-96 |
| Floresta do Araguaia, Pau d'Arco, Redenção | PA | 21.345 | Homologada | 22-ago-03 | 23-nov-06 | 21-dez-09 |
| Benjamin Constant | AM | 9.479 | Regularizada | 24-jul-01 | 01-mar-02 | 27-out-04 |
| Charrua | RS | 4.566 | Regularizada | | | 27-mar-91 |
| Aquidauana | MS | 5.377 | Regularizada | | 23-jul-98 | 10-fev-03 |
| Jutaí | AM | 44.268 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Bom Jesus do Tocantins | PA | 62.488 | Regularizada | | | 20-ago-86 |
| Cantá | RR | 28.632 | Regularizada | | | 05-jan-96 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------|--------|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Assis Brasil, Sena Madureira | AC | 313.647 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Pauini | AM | 0 | Em estudo | | | | |
| Assis Brasil, Sena Madureira | AC | 0 | Em estudo | | | | |
| Alto Alegre | RR | 4.064 | Regularizada | | | | 16-fev-82 |
| Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha | PR | 16.375 | Regularizada | | | | |
| Bonfim | RR | 43.337 | Regularizada | | | | 16-fev-82 |
| Fonte Boa, Japurá, Tonantins | AM | 157.416 | Declarada | 31-mar-06 | 14-ago-07 | | |
| Maraã, Santa Isabel do Rio Negro | AM | 94.405 | Regularizada | | | 30-set-93 | 11-dez-98 |
| Aurora do Pará | PA | 720 | Delimitada | 26-jan-11 | | | |
| Amaturá | AM | 53.038 | Regularizada | 14-mar-03 | 25-mar-04 | | 01-nov-06 |
| Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia | MT | 165.241 | Regularizada | | | 30-set-93 | 11-dez-98 |
| Alvarães | AM | 1.196 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Araguacema, Santa Maria das Barreiras | PA, TO | 375 | Regularizada | 27-set-01 | 18-dez-02 | | 19-abr-05 |
| Paranatinga | MT | 98.500 | Regularizada | | | | 02-out-96 |
| Santarém | PA | 42.373 | Delimitada | 10-out-11 | | | |
| Guarapuava, Turvo | PR | 16.839 | Encaminhada RI | | | | |
| Euclides da Cunha | BA | 8.020 | Regularizada | | | | 24-dez-91 |
| Alta Floresta d'Oeste, São Francisco do Guaporé | RO | 421.895 | Regularizada | | | 17-mai-96 | 11-dez-98 |
| Palhoça | SC | 0 | Em estudo | | | | |
| Palmeira dos Índios | AL | 118 | Encaminhada RI | | | | |
| Santa Cruz Cabrália | BA | 550 | Regularizada | | | 30-set-93 | 23-mai-96 |
| Santo Antônio do Içá, Tonantins | AM | 21.761 | Declarada | 03-out-03 | 16-set-05 | | |
| Mato Castelhana | RS | 0 | Em estudo | | | | |
| Erebango, Erechim, Getúlio Vargas | RS | 4.230 | Delimitada | 20-nov-09 | | | |
| Eirunepé, Jutai | AM | 115.493 | Regularizada | 27-abr-99 | 08-out-99 | | 30-abr-01 |
| Bertópolis, Santa Helena de Minas | MG | 5.306 | Regularizada | | | 17-ago-93 | 02-out-96 |
| Iguatemi | MS | 0 | Em estudo | | | | |
| Biguaçu | SC | 59 | Regularizada | | | 26-jul-00 | 05-mai-03 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|--------|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira | AM | 1.776.139 | Regularizada | | 13-dez-95 | 14-abr-98 |
| Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira | AM | 316.195 | Regularizada | | 13-dez-95 | 14-abr-98 |
| Altamira, Matupá, Peixoto de Azevedo, São Félix do Xingu | MT, PA | 4.914.255 | Regularizada | | 25-nov-91 | 19-ago-93 |
| Brasnorte | MT | 47.095 | Regularizada | | | 11-fev-87 |
| Alvarães | AM | 585 | Regularizada | | | 04-out-93 |
| Barra do Garças, General Carneiro | MT | 82.301 | Regularizada | | | 11-fev-87 |
| Autazes | AM | 1.629 | Regularizada | 28-jul-98 | 15-jul-99 | 20-abr-01 |
| Uarini | AM | 13.199 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Ibiraiaras, Muliterno | RS | 1.112 | Regularizada | | 17-dez-96 | 11-dez-98 |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | |
| São Francisco do Sul | SC | 893 | Delimitada | 08-mai-08 | | |
| Grajaú | MA | 48 | Regularizada | | | 09-ago-83 |
| Viamão | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Porto Alegre | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Palhoça | SC | 1.997 | Declarada | 17-nov-02 | 18-abr-08 | |
| Bonfim | RR | 14.213 | Regularizada | 06-jan-00 | 20-abr-01 | 30-mai-03 |
| Monsenhor Tabosa, Tamboril | CE | 0 | Em estudo | | | |
| Teófilo Otoni | MG | 606 | Encaminhada RI | | | |
| Jacareacanga | PA | 2.381.796 | Regularizada | 06-fev-98 | 11-dez-98 | 25-fev-04 |
| Belterra | PA | 25.323 | Delimitada | 29-out-09 | | |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Bonfim, Cantá | RR | 5.556 | Regularizada | 09-abr-99 | 20-abr-01 | 23-jun-03 |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Comodoro | MT | 1.011.961 | Regularizada | | | 10-jan-90 |
| Antônio João | MS | 9.317 | Homologada | | 30-out-02 | 28-mar-05 |
| Japorã, ... | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Autazes | AM | 313 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Mâncio Lima | AC | 0 | Em estudo | | | |
| Faro, Nhamundá, Oriximiná, Urucará | AM, PA | 1.049.520 | Regularizada | | | 17-ago-89 |
| Nioaque | MS | 3.029 | Regularizada | | | 29-out-91 |

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Gramado dos Loureiros, Nonoai, Planalto, Rio dos Índios | RS | 19.830 | Declarada | | | |
| Gramado dos Loureiros, Liberato Salzano, Nonoai, Planalto, Trindade do Sul | RS | 16.415 | Regularizada | 11-dez-98 | | 10-fev-03 |
| Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Miranda | MS | 89 | Encaminhada RI | | | |
| Amaturá, São Paulo de Olivença | AM | 20.004 | Regularizada | 06-out-00 | 06-nov-01 | 27-out-04 |
| Rondon do Pará | PA | 425 | Encaminhada RI | | | |
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Humaitá | AM | 228.777 | Regularizada | | | 03-nov-97 |
| Mâncio Lima | AC | 27.264 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Brasilândia | MS | 1.938 | Declarada | 28-mai-92 | | |
| Boa Vista | RR | 13.572 | Regularizada | | | 17-fev-82 |
| Guajará-Mirim | RO | 279.906 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Portel | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Camaquã | RS | 1.852 | Regularizada | 17-mai-96 | | 01-ago-00 |
| Autazes | AM | 798 | Regularizada | 21-dez-99 | 10-ago-00 | 05-mai-03 |
| Abelardo Luz, Palmas | PR, SC | 3.801 | Homologada | 25-set-02 | 23-dez-04 | 19-abr-07 |
| União da Vitória | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Douradina | MS | 0 | Em estudo | | | |
| Dourados | MS | 1.273 | Regularizada | 13-dez-95 | | 27-out-04 |
| Altamira, Guarantã do Norte, Matupá | MT, PA | 499.740 | Regularizada | 01-nov-96 | | 30-abr-01 |
| Carnaubeira da Penha | PE | 0 | Em estudo | | | |
| Glória, Paulo Afonso, Rodelas | BA | 29.597 | Regularizada | | | 05-jan-96 |
| Jatobá, Petrolândia, Tacaratu | PE | 8.377 | Regularizada | | | 14-jul-87 |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Vitória do Xingu | PA | 4.348 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina | MT | 224.447 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Autazes | AM | 928 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Itupiranga, Novo Repartimento | PA | 351.697 | Regularizada | | | 29-out-91 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| Itacoatiara | AM | 5.915 | Regularizada | | | 27-out-04 |
| Japurá, Santa Isabel do Rio Negro | AM | 240.546 | Regularizada | | 30-set-93 | 03-nov-97 |
| Maraã | AM | 7.866 | Regularizada | | 16-ago-93 | 08-set-98 |
| Parati | RJ | 79 | Regularizada | | 30-jun-94 | 05-jan-96 |
| Tangará da Serra | MT | 563.587 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium | TO | 1.358.499 | Regularizada | | | 14-abr-98 |
| Juína, Vilhena | MT, RO | 1.603.245 | Regularizada | | | 20-nov-89 |
| Alenquer, Almeirim, Laranjal do Jari, Óbidos, Oriximiná | AP, PA | 3.071.068 | Regularizada | | 16-jul-68 | 03-nov-97 |
| Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia, Nova Ubiratã, Paranatinga, Querência, São Félix do Araguaia, São José do Xingu | MT | 2.642.004 | Regularizada | | | 25-jan-91 |
| Barra do Ribeiro | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Cacique Doble, Sananduva | RS | 1.916 | Declarada | 13-ago-08 | | 26-abr-11 |
| Autazes | AM | 616 | Regularizada | 24-abr-00 | 20-abr-01 | 05-mai-03 |
| Aracruz | ES | 1.579 | Regularizada | | 06-mar-98 | 05-set-83 |
| Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade | MT | 8.400 | Delimitada | 27-set-10 | | |
| Tapauá | AM | 42.828 | Regularizada | | 16-nov-92 | 03-nov-97 |
| Tapauá | AM | 22.970 | Regularizada | | | 05-mai-03 |
| Lábrea | AM | 118.767 | Regularizada | | | 10-fev-03 |
| Tapauá | AM | 15.792 | Regularizada | | 23-jun-89 | 08-set-98 |
| Lábrea | AM | 7.572 | Regularizada | | 11-out-91 | 11-dez-98 |
| Pauini | AM | 189.871 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-nov-97 |
| Nova Lacerda | MT | 9.887 | Regularizada | | 19-jun-92 | 05-jan-96 |
| Canarana, Gaúcha do Norte | MT | 27.980 | Declarada | 11-jan-06 | 04-jun-09 | |
| Barão de Melgaço | MT | 10.740 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Peruíbe | SP | 480 | Regularizada | | | 16-mai-94 |
| GUAIBA | RS | 0 | Em estudo | | | |

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|----|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Peruíbe | SP | 2.795 | Declarada | 23-abr-09 | 26-abr-11 | |
| Miranda | MS | 208 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Itaituba, Trairão | PA | 0 | Em estudo | | | |
| Canarana, Ribeirão Cascalheira | MT | 328.966 | Regularizada | | | 20-ago-86 |
| Manicoré | AM | 29.565 | Regularizada | 08-jun-98 | 11-dez-98 | 11-dez-01 |
| Araquari, Balneário Barra do Sul | SC | 3.294 | Delimitada | 08-mai-08 | | |
| Tomazina | PR | 593 | Encaminhada RI | | | |
| Floresta | PE | 0 | Em estudo | | | |
| Humaitá | AM | 346.911 | Regularizada | | 27-jul-92 | 04-nov-97 |
| Araquari | SC | 3.017 | Delimitada | 08-mai-08 | | |
| Paranhos | MS | 2.118 | Regularizada | | | 06-ago-86 |
| Bela Vista, Ponta Porã | MS | 2.384 | Regularizada | | 01-jun-92 | 13-ago-92 |
| Comodoro | MT | 28.212 | Regularizada | | | 24-abr-84 |
| Colniza, Rondolândia | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Maracanaú, Pacatuba | CE | 1.728 | Declarada | 04-jul-00 | 15-dez-06 | |
| Alto Alegre | RR | 4.608 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Autazes, Careiro da Várzea | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Barra do Ribeiro | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Boa Vista | RR | 15.597 | Regularizada | | | 17-fev-82 |
| Campo Novo do Parecis, Diamantino, Nova Maringá | MT | 17.000 | Declarada | 22-jun-06 | 27-set-10 | |
| Barra do Corda, Fernando Falcão | MA | 79.520 | Regularizada | | | 10-ago-83 |
| Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade | MT | 43.057 | Declarada | 01-set-05 | 30-dez-10 | |
| Santo Antônio do Içá | AM | 5.000 | Declarada | 20-jul-06 | 14-dez-07 | |
| Japorã | MS | 1.649 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Uarini | AM | 4.770 | Regularizada | 12-jan-01 | 06-nov-01 | 19-abr-04 |
| São Paulo de Olivença | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto | PB | 21.238 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Marcação, Rio Tinto | PB | 7.487 | Declarada | 19-mai-04 | 14-dez-07 | |
| Paranhos | MS | 4.025 | Declarada | | 17-abr-00 | |
| Mâncio Lima | AC | 24.499 | Regularizada | | 02-mar-93 | 30-abr-01 |

| | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|----|---------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|
| Itaituba | PA | 32 | Encaminhad a RI | | | |
| Itaituba | PA | 32 | Encaminhad a RI | | | |
| Tonantins | AM | 5.573 | Homologada | 21-nov-06 | 14-ago-07 | 21-dez-09 |
| São Francisco do Guaporé, Seringueiras | RO | 0 | Em estudo | | | |
| Ortigueira | PR | 3.078 | Regularizad a | | | 23-mai-96 |
| Glória | BA | 28 | Encaminhad a RI | | | |
| Alto Alegre | RR | 4.277 | Regularizad a | | 17-mai-96 | 03-nov-97 |
| Laguna Carapã | MS | 778 | Regularizad a | | | 08-mar-84 |
| Normandia, Pacaraima, Uiramutã | RR | 1.747.46 5 | Regularizad a | | 13-abr-05 | 15-abr-05 |
| Autazes | AM | 251 | Regularizad a | | | 29-out-91 |
| São Francisco do Sul | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Major Grecino | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Biguaçu | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Torres | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Canelinha | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Osorio | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Biguaçu | SC | 0 | Em estudo | | | |
| Riozinho | RS | 0 | Em estudo | | | |
| Japurá | AM | 106.960 | Regularizad a | | 17-mai-96 | 14-abr-98 |
| Inácio Martins | PR | 1.352 | Regularizad a | | 17-mai-96 | 14-abr-98 |
| Marcelândia | MT | 0 | Em estudo | | | |
| Carauari, Jutai | AM | 1.185.79 2 | Regularizad a | | 30-jul-93 | 03-nov-97 |
| Alta Floresta d'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé | RO | 236.137 | Regularizad a | | | 06-ago-86 |
| Itanhaém, São Paulo, São Vicente | SP | 2.856 | Regularizad a | | | 14-jul-87 |
| Cananéia | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Manaus e Novo Airão | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras | PR | 18.681 | Regularizad a | | | 29-out-91 |
| Vicente Dutra | RS | 712 | Declarada | 07-abr-03 | 23-dez-04 | |
| Porto União | SC | 758 | Regularizad a | | 17-ago-93 | 12-set-00 |
| Tangará da Serra | MT | 19.749 | Regularizad a | | | 24-dez-91 |
| Tarauacá | AC | 92.860 | Regularizad | | | 29-out-91 |

| | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|--------|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Guajará-Mirim | RO | 115.788 | Regularizada | | 29-abr-93 | 23-mai-96 |
| Careiro | AM | 9.463 | Regularizada | 20-ago-99 | 17-abr-00 | 27-out-04 |
| Manicoré | AM | 19.481 | Regularizada | 19-mai-98 | 11-dez-98 | 11-dez-01 |
| Alto Alegre do Parecis | RO | 107.553 | Regularizada | | 28-mai-92 | 23-mai-96 |
| Guajará-Mirim | RO | 235.070 | Declarada | | 24-fev-11 | 09-set-81 |
| Chupinguaia, Corumbiara | RO | 26.177 | Homologada | 28-jan-02 | 18-dez-02 | 18-abr-06 |
| Alenquer, Almeirim, Monte Alegre | PA | 1.195.786 | Regularizada | | 18-ago-93 | 03-nov-97 |
| Parati | RJ | 0 | Em estudo | | | |
| Bom Jardim | MA | 15.002 | Regularizada | | | 22-nov-82 |
| Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira | AM | 411.865 | Regularizada | | 13-fev-96 | 14-abr-98 |
| Itacoatiara | AM | 27.355 | Regularizada | 20-nov-98 | 17-abr-00 | 27-out-04 |
| Juruá, Jutai | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Feijó, Santa Rosa do Purus | AC | 260.970 | Declarada | 01-set-05 | 19-abr-07 | |
| Barra do Corda | MA | 2.319 | Encaminhada RI | | | |
| Aripuanã, Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno | MT, RO | 230.826 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Guajará-Mirim | RO | 18.120 | Regularizada | | 30-jul-93 | 23-mai-96 |
| Jacareacanga | PA | 125.552 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Pauini | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Salto do Jacuí | RS | 235 | Regularizada | | 13-fev-96 | 11-dez-98 |
| Pontal do Paraná | PR | 0 | Em estudo | | | |
| General Carneiro, Novo São Joaquim, Poxoréo | MT | 100.280 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Tonantins | AM | 5.969 | Declarada | 21-nov-06 | 14-ago-07 | |
| Amajari | RR | 29.698 | Regularizada | | | 16-fev-82 |
| Nobres | MT | 35.470 | Regularizada | | | 14-set-89 |
| Luciara | MT | 5.705 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Jutai, Tonantins | AM | 134.782 | Homologada | 09-jul-03 | 16-set-05 | 21-dez-09 |
| Manacapuru | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Amaturá | AM | 3.331 | Regularizada | 04-set-01 | 30-dez-02 | 01-nov-06 |
| Santo Antônio do Içá | AM | 0 | Em estudo | | | |
| São Jerônimo da Serra | PR | 1.339 | Regularizada | | 29-out-91 | 30-out-91 |

| | | | | | | | a |
|-------------------------------------------------------------------|--------|---------|--------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Santarém | PA | 0 | Em estudo | | | | |
| Benjamin Constant | AM | 69.271 | Regularizada | | | | 12-ago-93 |
| Itaituba | PA | 0 | Em estudo | | | | |
| Barra do Garças | MT | 188.478 | Regularizada | | | | |
| Boa Vista, Pacaraima | RR | 654.110 | Regularizada | | | | 30-out-91 |
| Autazes | AM | 726 | Regularizada | | | | 05-jan-96 |
| Lábrea | AM | 27.644 | Regularizada | | 28-mai-92 | | 03-nov-97 |
| Tonantins | AM | 61.059 | Homologada | 11-fev-00 | 20-abr-01 | | 19-abr-05 |
| Juruá | AM | 0 | Em estudo | | | | |
| Tabatinga | AM | 1.264 | Homologada | 04-abr-05 | 15-dez-06 | | 20-abr-11 |
| Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade | MT | 67.419 | Regularizada | | | | 29-abr-85 |
| Ipixuna do Pará | PA | 18.610 | Homologada | 05-jun-02 | 18-abr-08 | | 20-abr-11 |
| Tacuru | MS | 1.923 | Regularizada | | | | |
| Humaitá, Manicoré | AM | 251.349 | Regularizada | 25-ago-99 | 17-abr-00 | | 27-out-04 |
| Alto Alegre, Boa Vista | RR | 11.627 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Itariri | SP | 1.212 | Regularizada | | | | 14-jul-87 |
| Juína | MT | 147.836 | Regularizada | | | | 15-jan-90 |
| Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta, Três Palmeiras | RS | 11.752 | Declarada | | | | |
| Lábrea, Pauini | AM | 144.971 | Regularizada | 28-out-93 | 10-dez-98 | | 12-set-00 |
| Paranhos | MS | 8.585 | Homologada | | 25-nov-91 | | 01-out-93 |
| Cacoal, Espigão d'Oeste, Rondolândia | MT, RO | 248.147 | Regularizada | | | | 17-out-83 |
| Borba, Novo Aripuanã | AM | 49.430 | Declarada | 08-mai-08 | 05-mai-09 | | |
| Autazes | AM | 0 | Em estudo | | | | |
| Sete Quedas | MS | 12.608 | Declarada | 04-jul-06 | 27-set-10 | | |
| Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia | PA | 26.257 | Regularizada | | | | 31-ago-83 |
| Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia | PA | 0 | Em estudo | | | | |
| Alto Alegre | RR | 5.983 | Regularizada | | | | 16-fev-82 |
| Maracaju | MS | 535 | Regularizada | | 17-mai-96 | | 14-abr-98 |

| | | | | | | |
|--------------------------------------------------------|----|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Benjamin Constant, São Paulo de Olivença | AM | 36.125 | Declarada | 15-mai-08 | 27-set-10 | |
| Cantá | RR | 13.015 | Regularizada | 23-mai-01 | 30-dez-02 | 19-abr-05 |
| Careiro | AM | 906 | Declarada | 26-nov-99 | 15-dez-06 | |
| Rondonópolis | MT | 9.785 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Nova Lacerda | MT | 5.362 | Regularizada | | 16-nov-92 | 23-mai-96 |
| Paranhos | MS | 2.609 | Homologada | | 19-jun-92 | 01-out-93 |
| Chupinguaia, Corumbiara, Parecis, Pimenteiras do Oeste | RO | 0 | Em estudo | | | |
| Caucaia | CE | 4.767 | Delimitada | 19-abr-06 | | |
| Luciara, Santa Terezinha | MT | 66.166 | Regularizada | | | 23-mar-83 |
| Coronel Sapucaia | MS | 1.777 | Regularizada | | | |
| Juti | MS | 9.700 | Declarada | 02-dez-05 | 04-jun-10 | |
| Araquari, Balneário Barra do Sul | SC | 2.172 | Delimitada | 08-mai-08 | | |
| Aquidauana | MS | 6.461 | Regularizada | | | 29-out-91 |
| Miracatu e Sete Barras | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Iguape | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Iguape | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Iguape | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Miracatu e Sete Barras | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Iguape | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Miracatu e Sete Barras | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Pariquera-Açu | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Miracatu e Sete Barras | SP | 0 | Em estudo | | | |
| Diamante d'Oeste | PR | 1.775 | Homologada | | | 27-jun-00 |
| Diamante d'Oeste | PR | 242 | Encaminhada RI | | | |
| Guaíra | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Guaira | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Tomé-Açu | PA | 1.075 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Novo Aripuanã | AM | 87.413 | Regularizada | 14-abr-99 | 08-out-99 | 19-abr-04 |
| Humaitá, Manicoré | AM | 497.522 | Regularizada | | | 05-jan-96 |
| Humaitá, Manicoré | AM | 474.742 | Declarada | 11-ago-04 | 15-dez-06 | |
| Matupá | MT | 30.589 | Regularizada | | | |
| Santo Antônio do Leverger | MT | 30.060 | Regularizada | | 17-mai-96 | |
| Anori, Beruri, Tapauá | AM | 182.135 | Regularizada | 22-ago-03 | 21-set-04 | 19-abr-07 |
| Ortigueira | PR | 860 | Regularizada | | | 23-mai-96 |

| | | | | a | | | |
|-----------------------------------------------------------------|------------|-----------|----------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Benjamin Constant, São Paulo de Olivença | AM | 40.949 | Regularizada | | | | 05-jan-96 |
| Benjamin Constant | AM | 1.065 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Campo Grande, Feira Grande | AL | 535 | Encaminhada RI | | | | |
| Sapezal | MT | 130.575 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Chapecó | SC | 989 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Chapecó | SC | 954 | Homologada | 17-jan-02 | 18-nov-02 | | 21-dez-06 |
| Abelardo Luz | SC | 1.965 | Declarada | 29-mai-02 | 19-abr-07 | | |
| Seara | SC | 880 | Regularizada | | 19-out-94 | | 14-abr-98 |
| Humaitá, Manicoré | AM | 54.961 | Regularizada | 25-ago-99 | 17-abr-00 | | 27-out-04 |
| Itarema | CE | 0 | Em estudo | | | | |
| Acaraú | CE | 0 | Em estudo | | | | |
| Itapipoca | CE | 0 | Em estudo | | | | |
| Autazes | AM | 1.625 | Regularizada | | | | 26-dez-91 |
| Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio | PA | 1.650.939 | Regularizada | | 18-ago-93 | | 02-out-96 |
| Baião, Tucuruí | PA | 21.722 | Regularizada | | | | 22-nov-82 |
| Caroebe, Faro, Nhamundá, Oriximiná, São João da Baliza, Urucará | AM, PA, RR | 3.970.898 | Regularizada | 28-out-04 | 16-set-05 | | 21-dez-09 |
| Alto Alegre, Boa Vista | RR | 5.653 | Regularizada | | | | 24-dez-91 |
| Cabrobó | PE | 1.593 | Regularizada | | 17-ago-93 | | 05-jan-96 |
| Chupinguaia | RO | 116.613 | Regularizada | | | | 29-out-91 |
| Benjamin Constant | AM | 2.839 | Regularizada | | 25-nov-91 | | 05-jan-96 |
| Tabatinga | AM | 4.855 | Regularizada | | 12-nov-97 | | 11-dez-98 |
| Abaré, Curaçá | BA | 44.978 | Delimitada | 01-jun-09 | | | |
| Lábrea | AM | 124.357 | Regularizada | | 25-nov-91 | | 03-nov-97 |
| Oriximiná | PA | 0 | Em estudo | | | | |
| Alvarães, Uarini | AM | 8.590 | Regularizada | 24-jan-01 | 06-nov-01 | | 19-abr-04 |
| Belmonte | BA | 0 | Em estudo | | | | |
| Buerarema, Ilhéus, Una | BA | 47.376 | Delimitada | 17-abr-09 | | | |
| Tomé-Açu | PA | 147 | Regularizada | | | | 29-out-91 |

| | | | | | | | a |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-----------|--------------------|-----------|-----------|-----------|---|
| Tomé-Açu | PA | 588 | Encaminhad a RI | | | | |
| Rodelas | BA | 0 | Em estudo | | | | |
| Inajá | PE | 140 | Encaminhad a RI | | | | |
| Oiapoque | AP | 470.164 | Regularizad a | | | 29-out-91 | |
| Fonte Boa, Japurá, Tonantins | AM | 127.199 | Regularizad a | | | 29-out-91 | |
| Novo São Joaquim | MT | 52.234 | Regularizad a | | 25-jun-98 | 30-ago-00 | |
| Campos de Júlio, Nova Lacerda | MT | 21.680 | Declarada | 21-mar-07 | 20-mar-09 | | |
| Barra do Bugres | MT | 28.120 | Regularizad a | | | 14-set-89 | |
| Santa Isabel do Rio Negro | AM | 403.183 | Regularizad a | | 30-jul-93 | 11-dez-98 | |
| Confresa, Luciara, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha | MT | 167.533 | Regularizad a | | 02-out-96 | 08-set-98 | |
| Itaipava do Grajaú | MA | 12.697 | Regularizad a | | | 26-dez-91 | |
| Amambai | MS | 0 | Em estudo | | | | |
| | | | | | | | |
| Alvorada d'Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé, Seringueiras | RO | 1.867.118 | Regularizad a | | | 29-out-91 | |
| | | | | | | | |
| Pium | TO | 177.466 | Declarada | 27-fev-09 | 03-nov-10 | | |
| Campo Novo do Parecis, Sapezal | MT | 412.304 | Regularizad a | | | 29-out-91 | |
| Comodoro, Nova Lacerda | MT | 242.593 | Regularizad a | | | 29-abr-85 | |
| Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença | AM | 8.544.482 | Regularizad a | 29-mai-98 | 11-dez-98 | 30-abr-01 | |
| Boca do Acre | AM | 0 | Em estudo | | | | |
| Arco-Íris, Tupã | SP | 709 | Regularizad a | | | 29-out-91 | |
| Serra do Ramalho | BA | 981 | Homologada | | | 29-out-91 | |
| Caraã, Maquiné | RS | 776 | Regularizad a | | 23-abr-01 | 10-fev-03 | |
| Erebango | RS | 773 | Homologada | | 17-mai-96 | 14-abr-98 | |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Barra do Corda | MA | 0 | Em estudo | | | |
| Manaquiri | AM | 0 | Em estudo | | | |
| Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho | RS | 3.341 | Regularizada | | | 30-ago-00 |
| Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho | RS | 5.977 | Delimitada | 07-dez-09 | | |
| Amaturá | AM | 121.199 | Regularizada | | 28-mai-92 | 03-jul-95 |
| Sandolândia | TO | 0 | Em estudo | | | |
| Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari | AP | 607.017 | Regularizada | | 23-out-91 | 23-mai-96 |
| Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rorainópolis, São João da Baliza, Uruará | AM, RR | 2.585.912 | Regularizada | | | 16-jun-89 |
| Caracará, Caroebe, São João da Baliza | RR | 405.698 | Regularizada | 23-abr-99 | 20-abr-01 | 23-jun-03 |
| Colônia Leopoldina, Joaquim Gomes, Matriz de Camaragibe, Novo Lino | AL | 2.758 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Querência | MT | 150.329 | Regularizada | | 01-out-97 | 08-set-98 |
| Itacarambi, São João das Missões | MG | 46.416 | Regularizada | | | 14-jul-87 |
| Itacarambi, São João das Missões | MG | 6.798 | Regularizada | | 13-abr-00 | 05-mai-03 |
| Santa Fé do Araguaia | TO | 3.326 | Regularizada | | | 03-nov-97 |
| Abelardo Luz, Entre Rios, Ipuacu | SC | 15.624 | Homologada | | | 29-out-91 |
| Abelardo Luz, Ipuacu | SC | 660 | Declarada | 05-set-03 | 19-abr-07 | |
| Tocantínia | TO | 167.542 | Regularizada | | | 16-jun-89 |
| Ivaté, Umuarama | PR | 0 | Em estudo | | | |
| Água Azul do Norte, Marabá, Parauapebas | PA | 439.151 | Regularizada | | | 24-dez-91 |
| Altamira | PA | 178.723 | Declarada | 07-abr-03 | 15-dez-06 | |
| Pesqueira | PE | 27.555 | Regularizada | | 28-mai-92 | 30-abr-01 |
| Alagoinha, Pedra, Pesqueira, Venturosa | PE | 1.166 | Encaminhada RI | | | |
| Palmeira dos Índios | AL | 7.073 | Declarada | 17-out-08 | 14-dez-10 | |
| Alto Alegre, Barcelos, Boa Vista, Caracará, Mucajaí, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira | AM, RR | 9.664.975 | Regularizada | | 15-nov-91 | 25-mai-92 |
| Abatiá, Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal | PR | 1.238 | Declarada | 12-abr-06 | 19-abr-07 | |
| Óbidos | PA | 668.566 | Regularizada | 03-dez-99 | 20-abr-01 | 21-dez-09 |

Continuação do PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21.

| | | | | |
|----------|----|---------|--------------|-----------|
| Aripuanã | MT | 355.790 | Regularizada | 29-out-91 |
| Tapauá | AM | 239.070 | Regularizada | 29-out-91 |



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

DESPACHO Nº 5365 /2012/FB/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU

PROCESSO/SIPAR Nº 25048.000387/2012-21

INTERESSADO: Nelson Carmelo Olazar – Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena em Mato Grosso do Sul (DSEI-MS/SESAI/MS).

ASSUNTO: Encaminha Ofício/PR/MPF/TLS nº 533/11 referente ao Inquérito Civil Público nº 1.21.002.000111/2009-67.

Referente ao SISCON nº 15.5, nº 3.7, nº 3.7 e nº 3.3

Senhor Consultor Jurídico do Ministério da Saúde,

Estou de acordo com a manifestação retro. Destaca-se a necessidade de imediata adoção de providências pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) junto a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), inclusive com auxílio da Consultoria Jurídica da União no Mato Grosso do Sul (CJU-MS/CGU/AGU) e da Procuradoria da União no Mato Grosso do Sul (PU-MS/PRU3ªREGIÃO/PGU/AGU), órgãos consultivo e contencioso da Advocacia-Geral da União naquele Estado, para fins de regularização do imóvel atualmente ocupado pelas comunidades indígenas, o que ensejará a viabilização da completa e efetiva prestação de ações e serviços de saúde por este Ministério da Saúde, atualmente restringida por força das irregularidades jurídicas do terreno e que, portanto, possibilita nesse momento apenas a execução de medidas de saneamento básico de caráter transitório, reversível e de baixo custo para concretização dos direitos fundamentais dessas comunidades.

À consideração superior, s. m. j.

Brasília-DF, 5 de julho de 2012.

FABRÍCIO OLIVEIRA BRAGA

Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico – COGEJUR/CONJUR/MS

De acordo. Encaminhem-se os autos ao GAB/SESAI/MS para as providências subsequentes.

Brasília-DF, 5 de julho de 2012.

JEAN KEIJI UEMA

Consultor Jurídico do Ministério da Saúde